



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
<http://www.cecs.uminho.pt>

As campanhas anti-droga e moralização do jovem criminoso*

Zara Pinto Coelho

Professora Auxiliar

zara@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

2004

*PINTO-COELHO, M. Z. S. (1998) "Campanhas anti-droga e moralização do jovem criminoso" Congresso *Criminalidade Hoje em Portugal. A realidade e a construção do imaginário*, promovido pela Universidade do Minho (DCC) e Centro de Estudos Judiciários, Braga.

É sob o título de investigadora, de alguém interessada em contribuir para uma melhor compreensão das políticas das drogas e dos problemas que daí derivam, e também como cidadã preocupada com a defesa dos direitos e das liberdades cívicas, nesta nossa ainda recente democracia, que o meu ponto de vista pode ser interessante, e que pode fundar um saber que vale mais que uma mera opinião pessoal.

Não posso deixar de confessar que a ideia de falar para magistrados sobre a problemática das drogas me deixou um pouco intimidada. Analisar esta questão sentada no meu escritório, com os meus livros e computador, não é o mesmo que participar diariamente nos processos de tomada de decisão de casos de delinquência relacionados com drogas indexadas. Os quais, segundo a nossa imprensa, parecem ocupar grande parte do tempo e da energia e da paciência dos agentes judiciais.

Além disso, o alvo do meu estudo, a saber, o Discurso (van Dijk, 1997, pp. 4) das chamadas "campanhas de prevenção da toxicod dependência", à partida não parece poder suscitar qualquer entusiasmo da parte daqueles que fazem do cumprimento da lei, e não da informação ou da persuasão, o instrumento da prevenção do crime da droga, e a quem não compete a prevenção da toxicod dependência.

Outro causa da minha inquietação está relacionada com o facto de eu ter, coma a maioria dos comuns, uma imagem dos mundos das leis, dos processos, e das decisões judiciais, dominada por traços de formalidade, austeridade e de severidade; imagem esta que deriva sobretudo da versão mediática destas instâncias.

Apesar destes momentos de perplexidade, decidi deitar mãos à obra e procurar, o que dentro da actualidade, e quando digo actualidade refiro-me

à agenda pública marcada pelos media, sobretudo pela imprensa, poderia ser motivo para eu partilhar com esta audiência algumas das preocupações que têm guiado o meu esforço de trabalho sobre o Discurso das campanhas de "prevenção da toxicodependência".

Não me passou despercebido o debate em torno da proposta da nova lei de saúde mental; pela sua relação com o debate em torno da lei da droga, ambos campos de batalha onde se rivalizam discursos judiciais e médicos; e por me incomodar a ideia de internamento compulsivo, seja ela da responsabilidade do juiz ou do psiquiatra, pelo que isso possa implicar em termos de direitos humanos (Público, 1998).

- O debate em torno da lei para menores; preocupa-me a mente mais punitiva e menos protectora que está na base das alterações que se pretendem introduzir; a relação que ela possa ter com a ideia, também ela propagada pelos media, de que a criminalidade juvenil está cada vez mais associada a delitos de droga, e que assistimos actualmente a um aumento da delinquência juvenil em geral (Expresso, 1998).

- E a discussão sobre droga e toxicodependência que antecedeu a realização da mais recente reunião da ONU dedicada a estes assuntos, onde foram discutidos temas lançados por ilustres políticos, entre eles, o princípio da redução de riscos — que se traduz numa medicalização do "problema da droga"—, e o princípio da inimputabilidade do toxicodependente (Expresso, 1998).

Estes temas pareceram-me interessantes por levantarem questões em torno das relações entre lei, medicina — leia-se psiquiatria— e um certo tipo de moralidade, a que chamaria genericamente de neo-conservadora (O' Malley, 1992), por excluir da sua agenda política questões de justiça social;

ou questões ligadas às dimensões políticas da vivência dos transgressores da lei e/ ou dos doentes mentais.

A exclusão desta dimensão política pode implicar em matéria de política criminal uma colaboração entre o sistema judicial e terapêutico na individualização de problemas sociais, ou seja, na sua definição num contexto de uma economia pessoal motivacional. Como acontece por exemplo na questão da toxicomania, vista por estes dois aparelhos como qualificando, não um tipo de relação social, ou situação, mas um comportamento considerado isolado, cujo tratamento ou punição implica que o indivíduo seja excluído da vivência social.

Foucault (e.g. 1975) e Donzelot (1977) alertam-nos, a propósito dos espaços históricos de cruzamento destas duas instituições (lei e saúde mental), ou melhor, dos seus discursos, sobre os perigos da confusão entre moralidade, lei e medicina que, em certas circunstâncias, se podem traduzir numa concepção pedagógica da função repressiva, e numa concepção disciplinar das funções médicas, ou da promoção da saúde mental: o juiz que também é médico, e o médico que também é juiz, ou seja, que julga e avalia a moralidade dos actos e do actor considerado mentalmente doente (Comte-Sponville, 1993: 95; Jacob, 1993: 143).

Ocorrendo a hibridização de papéis institucionais num contexto repressivo e criminalizador do uso de drogas classificadas, pode implicar que as versões legais e médicas sobre a toxicomania se continuem no sentido da legitimação do interdito, e se cruzem na deslegitimação da identidade dos consumidores enquanto grupo—não obstante as especificidades de cada um destes discursos e respectivas ambiguidades.

Parece pois relevante examinar como é construída a toxicomania e o toxicodependente nas versões médicas e legais (de Munck, 1996), e a sua

expressão e reprodução em várias formas de discurso, ou situações de comunicação.

Faz hoje parte do "senso comum" das investigações desenvolvidas no seio da sociologia da saúde e da doença, o questionamento das alegações de verdade e de neutralidade política do conhecimento médico, e dos seus métodos; e é comum também o exercício de identificação de ideologias (e.g. Szasz, 1976) que podem estar na base deste conhecimento; ou de identificação dos pressupostos culturais em que esses conhecimentos se baseiam (e.g. Wright e Teacher, 1982). Pretende-se entre outras coisas, chamar a atenção para a existência de uma dialéctica entre conhecimento médico e leigo, e para o papel dos media neste processo (Parker e outros, 1995, pp. 56)

A noção de que a medicina, (e.g Foucault, 1994; Conrad e Schneider, 1980; Turner, 1992) ou a saúde pública (Lupton, 1995), actuam como instituições importantes de controle social, está presente na maioria das investigações, sendo privilegiado o exame do poder médico não como opressivo, mas como um poder regulador da acção humana, das relações que temos com os nossos corpos, e da construção das subjectividades.

Esta investigação não fica apenas por uma perspectiva cima-baixo, ou instituição-público, mas também dá importância ao modo como cada um de nós se apropria dos "imperativos de governamentalidade" (Foucault, 1981), ou "normas morais" presentes no discurso médico.

Sabe-se assim que os imperativos de saúde podem ou não ser integrados pelos indivíduos nas práticas da vida diária ou na construção das suas subjectividades (Shilling, 1993; Lupton, ob.cit; Crawford, 1994); que esses imperativos podem servir para as pessoas darem sentido às suas doenças pessoais, ou às dos outros, de um modo que implica a condenação das

vítimas (Sontag, 1979 e 1988); sobretudo nos casos de doenças em que o indivíduo é visto como se expondo voluntariamente ao perigo (é o caso do fumador; lembre-se o caso dos USA, aonde já aconteceu recusar-se o direito à saúde a fumadores). Também são de salientar exemplos de resistência activa aos elementos mais coercivos da medicina, ou da saúde pública, através de tentativas organizadas. E o caso de grupos activistas da Sida em países como USA, Grã Bretanha (um pouco em Portugal?), e a sua luta pela mudança da política estatal e práticas em torno da educação sobre SIDA, e cuidados de saúde. Esta resistência tem passado pela produção de estudos sobre os modos como as estratégias de saúde pública discriminam contra pessoas como homossexuais; e pela produção de imagens das pessoas que vivem com HIV/Sida, que oferecem uma alternativa à imagem de vítimas passivas e desviantes que domina as campanhas oficiais (Watney, 1987).

Importa portanto, problematizar as construções do sujeito nos discursos de saúde pública, os julgamentos morais aí accionados, e a tendência desses discursos para reproduzir a desigualdade.

A análise crítica do discurso encoraja "práticos" e investigadores a serem reflexivos nas suas actividades profissionais, e a confrontarem a dimensão política do seu uso de linguagem e discurso, incluindo as suas alegações de verdade. O seu projecto é tornar evidentes as relações dialécticas entre discurso, processos sociais e poder (Fairclough, 1995).

Trago hoje comigo os resultados de uma análise crítica de discurso. O material que utilizei é constituído por um conjunto de slogans publicitários anti-droga; divulgados via televisão e rádio; em situação de campanha; e em épocas diferentes da história portuguesa do Combate à Droga, que

podemos dividir entre pre-Projecto Vida, ou seja, Justiça no comando, e reino do Projecto Vida, Saúde a abrir caminho.

As campanhas são contemporâneas da entrada "na cena da droga" do vírus HIV/Sida, que implicou novas alianças entre as forças de combate (Mason, 1992). Integram a onda europeia de campanhas anti-drogas que se seguiu ao esforço já histórico (e também objecto de paródia entre alguns) de Nancy Reagan com o seu "Just say no to drugs"; são contemporâneas do período de "tolerância zero" no combate americano e do aparecimento do crack (Reeves e Campbell, 1994). Viviam-se um pouco em toda a parte o contra-ataque público da direita cultural (Crawford, *ob.cit.*: 1354) aos movimentos dos anos 60; neste contra-ataque, foram mobilizados símbolos como o da permissividade, da promiscuidade, alimentaram-se fantasias de uma "geração perdida" e afirmaram-se os valores de uma sociedade livre de drogas, da contenção sexual e da vida familiar.

A intenção declarada destas campanhas, financiadas pelo governo e produzidas por equipas técnicas de várias valências profissionais (*e.g.* psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, professores, publicitários) foi sensibilizar os jovens "ainda não atingidos pelo flagelo" para os perigos inerentes ao consumo e também para o lado positivo da vida" (Couto dos Santos, 1989); tendo em vista dissuadi-los do "uso de droga". Incluíram para além de anúncios televisivos e radiofónicos, a produção de textos jornalísticos, de cartazes, brochuras, e sessões de esclarecimento público entre muitas outras actividades; e destinaram-se à chamada "população em geral", dando particular atenção aos "educadores/pais e "jovens não consumidores". Embora pobres, por haver pouco dinheiro, segundo se conta, parece-me que estas campanhas foram visíveis publicamente sobretudo pela novidade, continuidade e exclusividade, ou seja, por falta de uma voz alternativa organizada e com acesso ao discurso público.

O trabalho que fiz passou sobretudo por uma análise dos significados ideológicos expressos por, ou atribuídos pelos participantes às estruturas "visíveis" do discurso (van Dijk, 1998: 204): seleccionamos o estilo lexical, as implicações e pressuposições, o não dito, e relevâncias do dito, o ponto de vista, as estruturas retóricas (van Dijk, 1998.: 208) e actos de fala. Estas estruturas são cruciais para a comunicação persuasiva de representações sociais que estão na base dos textos, e assim para o controle do modo como os telespectadores perceberão, e especialmente avaliarão, a situação comunicativa e aquilo sobre o que se fala.

Não espero encontrar uma expressão directa de crenças ideológicas, dado que a função oficial dos anúncios é a promoção da saúde e bem-estar dos cidadãos; para além disso, considero que o que está em jogo nesta peça do discurso oficial é a legitimação das acções ou inacções das organizações promotoras das campanhas, a aprovação normativa da política e acções de combate no quadro da ordem moral dominante, e a deslegitimação de normas e valores e da identidade dos consumidores enquanto grupo.

E importante lembrar que estas campanhas ocorreram num período de mudança de executivo e também de críticas à inacção governamental (Couto dos Santos, 1989: 4). Essas críticas vieram da parte da Igreja, mas também dos media. A visibilidade de consumidores crescia e os meios existentes de tratamento não davam saída. Em circunstâncias deste tipo, é de esperar que os produtores das campanhas se preocupem em demonstrar que o Estado considera a toxicodependência um problema, e que está a fazer alguma coisa para o resolver; e que se queira desviar a atenção dos resultados da política, atribuindo as causas dos problemas ao indivíduo e ao seu meio.

As estratégias de legitimação e deslegitimação discursiva envolvem usualmente polarizações do tipo "nós...eles" (van Dijk, 1998: 258), onde "nós" somos apresentados de uma forma positiva e "eles" de uma forma negativa. Podem também implicar estratégias de controle ou marginalização de discursos alternativos: a voz ausente no contexto destas campanhas são os consumidores, embora possamos dizer que, de uma forma indirecta, os falantes se dirigem a eles. Ao nível da interacção há várias possibilidades de desacreditar o discurso do outro, *e.g.*: centrar-se nos elementos negativos ou ameaçadores do seu discurso, sublinhar a violação de valores comuns, ou modelando o discurso do oponente de um modo específico.

Para não maçar a audiência com uma apresentação detalhada da análise das estruturas discursivas, e porque estamos aqui para falar (também) de imagens, resolvi organizar as representações dos actores presentes nos anúncios em torno de quatro imagens: O pai tirano e protector; O jovem empresário; O jovem criança, e O ausente/presente.

O PAI TIRANO/PROTECTOR

Nestes textos as organizações promotoras das campanhas, e por intermédio delas, o Estado, apresentam-se com uma dupla personalidade: autoritária, baseada no poder e ao mesmo tempo protectora baseada na solidariedade.

O projecto que tem "tempo para ouvir" é o mesmo que impõe e ameaça: embora dê ostensivamente uma escolha, a retórica em que essa escolha é modelada não deixa qualquer espaço de manobra àquele que posicionam como "jovem não consumidor". É-lhe dito ou sugerido que se expõem a graves punições se não cumpre as prescrições da instituição, ao mesmo tempo que lhe são ocultadas as margens de segurança.

Por outro lado, ao responsabilizá-lo pela decisão de consumir ou não consumir, depois de o ter avisado que "a droga derruba", o Projecto demite-se de qualquer responsabilidade no que lhe possa vir a acontecer.

A legitimidade desse passo é reforçada pela apresentação das organizações como fornecendo alternativas, o que indirectamente reforça a responsabilidade do público: se há tanta coisa para fazer, e se tu escolhes usar droga, não foi por falta de oportunidades, foi porque quiseste, e por isso deves ser responsabilizado. Ao dar-se como certo que tudo o que é preciso para evitar o consumo é um simples acto de vontade, não só se desacredita o discurso que defende que as oportunidades de vida condicionam escolhas de estilo de vida, e o discurso que atribuí à política de combate a maior parte dos problemas associados com o consumo, como implicitamente se encoraja a culpabilização e condenação do consumidor: ele é o que, ao contrário do jovem não consumidor, foi incapaz, não teve força de vontade para cuidar de si próprio. O fracasso, à luz da metáfora da força moral (Lakoff, 1997), pode ser avaliado como imoral: uma pessoa moralmente forte deve ser capaz de dizer não; se pessoas morais tem sempre disciplina para dizer não, nesta terra de oportunidades, então aquele não consegue é moralmente fraco, o que é uma forma de imoralidade, e pessoas imorais merecem punição. Esta metáfora interage com a da "droga como um mal", reificada como uma força interna que pode derrubar, isto é, levar a cometer actos imorais. Quem é moralmente fraco não pode vencer o mal e logo pode cometê-lo. Isto implica que não podemos respeitar as visões do adversário. O mal não merece respeito; merece ser atacado.

A Linha que tem tempo para ouvir, é a mesma que se coloca numa posição oracular dando conselhos ao jovem que é posicionado como um ser ignorante, apático, vulnerável, diferente a precisar da intervenção

reguladora das autoridades benevolentes e competentes para não se desviar do caminho certo; imagem que, de uma forma indirecta, contribuí para o reforço da estigmatização dos jovem como dependentes, ou seja, como pessoas ainda não completas (Hockey e James, 1993).

A Linha que se apresenta tão jovem, é a mesma que faz a reivindicação implícita que tem a capacidade de se substituir aos jovens na interpretação da sua experiência pessoal; e que crítica indirectamente a sua visão do mundo. A Linha que tem tempo, é a mesma que intensifica ansiedades e medos; e que legitima, de uma forma indirecta, a vigilância e regulação dos que "saem das ondas da verdade", colocando-os numa posição de quem leva os outros para caminhos falsos, ou seja, como constituindo uma ameaça para a sociedade. Assim a Linha, e por intermédio dela o Estado, justificam os seus papéis como protectores dos bons cidadãos e reguladores das desviâncias.

O Jovem Empresário: "tu"

O contraste é uma das operações retóricas mais comuns nos textos; e é usada para sinalizar o conflito dos valores, metas e interesses dos actores postos em cena. Através destes contrastes é instalado, e indirectamente exaltado, um agente a que chamei de Jovem empresário (talvez por associação com as formações académicas do primeiro ministro e do ministro da juventude (a seguir da educação) de então).

Este actor é a encarnação do "homo economicus": livre para agir de uma forma perfeitamente racional em proveito próprio, maximizando ganhos e minimizando custos. É o actor empresarial que é capaz de controlar o desejo pelo uso da razão, de ser uma pessoa auto-disciplinada; é o actor

que pode fazer planos e executá-los de uma forma efectiva. E aquele que tendo a capacidade de conceber um plano de vida ou projecto tem dignidade: é autónomo e responsável. (não será, por ironia, o traficante profissional a encarnação mais exemplar deste jovem empresário?)

O Jovem Criança: "eu"

É o adulto incompleto, incompetente, imaturo, sem autoconfiança, dependente; que percebe o mundo de uma forma incorrecta, e por isso é posto no papel de vítima potencial. Como inocente, é mais vulnerável a pressões e à corrupção da sociedade. Em pecado, precisa de ser educado para ter o comportamento certo. Precisa de ser capaz de reconhecer que tem um problema. Mas também tem saber olhar por si próprio, reforçando a sua vontade, sendo fiel ao seu "verdadeiro" ego.

O Ausente-Presente: "ele"

O jogo das negações, contrastes, comparações, e pressupostos é importante como estratégia de propaganda que visa criar, e construir este actor social como inimigo dos interesses comuns. "Ele" aparece nos textos em segundo plano, como personagem secundária, numa posição sem poder.

"Ele" é a pessoa que, por oposição ao Jovem Criança, não controla perigos, e que tem medo de admitir a verdade; não goza de autodisciplina, é impulsivo, e não respeita a autoridade; é assim também o oposto do Jovem empresário: não tem competência, um projecto vida, ou ambição; desconhece as realidades do dever, da renúncia e depende da vontade dos outros. Por ser fraco, opta pela solução mais fácil: é a vítima que se oferece para o sacrifício (Nuno Miguel, 1995: 20). E entra num "mundo que não tem saída". Mas é também aquele que propaga o mal.

Conclusões

Com base na análise deste pequeno conjunto de textos, não me parece correcto tirar conclusões sobre o papel político e ideológico das campanhas de "prevenção da toxicoddependência".

No entanto gostaria levantar algumas questões com base nos resultados que encontrei, e na análise da situação que fiz; podem ser organizadas em três dimensões:

- Pedagógica: até que ponto o discurso das campanhas contribuí, de uma forma indirecta, ou não intencional, para impedir a reflexão e desincentivar a mobilização social?
- Política: até que ponto, o discurso das campanhas, onde se faz uma opção clara pela visão do problema da droga como um problema de valores pessoais, pode contribuir para o agravamento da desigualdade social e para situações de injustiça social?
- Ética: até que ponto, a intenção de dissuadir do "uso de droga", obriga ao recurso à manipulação psicológica, com apelos a emoções, medos, ansiedades e sentimentos de culpa dos públicos, e implica a demissão colectiva das responsabilidades?

Braga, 26 de Junho de 1998

Maria Zara Simões Pinto Coelho

E.mail: zara@ics.uminho.pt

Referências

- Comte-Sponville (1993), "La Grande Illusion (pp. 93-99)" in Hervieu, J., Debourg, A., Henrion, J., Petit, P., Prique, A. *L' esprit des drogues. La dépendance hors la loi?*. Paris: Eds. Autrement.
- Conrad, P., & Schneider, J. W. (1980): *Deviance and Medicalization: From badness to sickness*. St. Louis: C. V. Mosby.
- Crawford, R. (1994), "The Boundaries of the Self and the Unhealthy Other: Reflections on Health, Culture and AIDS (pp. 1347-1365)". in *Soc. Sci. Med.*, Vol. 38, nº10.
- Donzelot (1977), *La Police des Familles*. Paris: Les Ed. de Minuit.
- De Munck, J. (1996): "La Consommation de Drogues dans le Conflit des Normes" in *Communications*, n° 62, pp. 27.
- Fairclough, N. (1995), *Media Discourse*. London: Edward Arnold.
- Foucault, M. (1981), "La gubernamentalidad" in *Espacios de Poder* Madrid: Las Ed. de la Piqueta, pp.9.
- Foucault, M. (1993), *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1994), *O Nascimento da Clínica*. Lisboa: Forense Universitária.
- Hockey, J.; James, A. (1993), *Growing up and Growing Old. Ageing and Dependency in The Life Course*. London: Sage.
- Jacob, C. (1993), "Medicalement vôtre " in Hervieu, J., Debourg, A., Henrion, J., Petit, P., Prique, A. *L' Esprit des Drogues. La Dépendance hors la Loi?*. Paris: Eds. Autrement, pp.140.

- Lakoff, G. (1996), *Moral Politics. What Conservatives Know that Liberals Don't*. Chicago: Ucpres.
- Lupton, D. (1995) *The Imperative of Health: Public Health and the Regulated Body*. London: Sage.
- Martin, L; Gutman, H; Hutton, P. (eds) (1988), *Technologies of The Self*. Amherst: The Univ. of Massachusetts Press.
- Mason, P. (1992), "The Drug War: signs of a tactical retraem" in *DrugLink*, July/August, pp.11.
- Nuno Miguel (1995), "Prefácio " in Patrício, L. Duarte: *Droga de Vida, Vidas de Droga*. Venda Nova: Bertrand Ed, pp.19.
- O' Malley, P. (1992): "Risk, power and crime prevention (pp. 252-275)" in *Economy and Society*, vol. 21, nº 3, August.
- Parker, I., Georgaca, E., Harper, D., McLaughlin, T., Stowell-Smith, M. (1995): *Deconstructing Psychopathology*. London: Sage.
- Reeves. J. I. & Campbell, R. (1994): *Cracked Coverage. Television News, the Anti-Cocaine Crusade, and the Reagan Legacy*. London: Duke Univ. Press.
- Rojo, M. e van Dijk, (1997): ""There was a problem, and it was solved!": legitimating the expulsion of "illegal" migrants in Spanish parliamentary discourse (pp. 523-566)" in *Discourse & Society*, vol. 8(4).
- Szasz, T. (1976): *Ideologie et Folie*. Paris: PUF.
- Schiller (1993): *The Body and the Social Theory*. London: Sage.
- Sontag, S. (1979): *Illness as a Methapor*. New York: Vintage Books.

Sontag, S. (1988): *AIDS and its Methapors*. new York: Farrar, Straus, & Giroux.

Turner, B.S (1992): *Regulating Bodies: Essays in Medical Sociology*. London: Routledge.

van Dijk, T. (1997): "The Study of Discourse (pp.1-34)" in van Dijk (ed.), *Discourse as Structure and Process*. Sage: London.

van Dijk, T. (1998): *Ideology: a Multidisciplinary Approach*. London: Sage.

Watney, S. (1987): *Policing Desire: Pornography, AIDS and the Media*. London: Comedia.

Wright, P e Treacher, A. (1982): *The Problem of Medical Knowledge: Examining the Social Construction of medicine*. Edinburgh: Ed. Univ. Press.

Couto dos Santos (1989): *Ao Encontro da Vida no Desencontro da Droga*. Ed.: Gab. Ministro da Juventude.

Expresso: 9 de Maio, "Política", pp.10; 6 de Junho, "Sociedade", pp.10.

Público: 11 e 12 de Março de1998, pp.10 e 17.

Textos Analisados

1987: Campanha televisiva promovida pelo Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.

1- O filme abre com a imagem (em fundo branco) de um copo com água onde cai um pingo de tinta preta (som de uma gota de água a cair). Sucede o mesmo aos dois copos que se seguem. Uma mão retira o quarto copo do alcance do pingo de tinta que cai no chão (som seco). Na última imagem surgem os quatro copos de água dispostos em fila: três com água manchada pela tinta, e um imune. Entre o terceiro e o quarto copo uma mancha de tinta derramada. Sob a última imagem a legenda: *Projecto de Vida Droga Ausente.*

2- O filme abre com a imagem de quatro bonecos de papel recortados, brancos, dispostos em fila e ligados através das mãos (som de música com gosto de prenúncio de morte).

Acende-se um fósforo que se aproxima do primeiro boneco e o incendeia; o fogo alastra-se pelo tronco, desce pelo braço e pega fogo, pela mão, ao boneco que se lhe segue (som de chama destruidora). Dois bonecos ficam queimados. Voz feminina em off pergunta: *Queres ser tu a escolher ou os outros por ti?*

O fogo recua lentamente na direcção inversa e os dois bonecos recuperam a virgindade. Sob a última imagem surge a legenda: *Projecto de Vida Droga Ausente.*

1988: Campanha pluri-comunicacional "Para uma Vida com Projectos" promovida pelo Projecto VIDA.

3- O filme abre com uma imagem de uma bola de futebol a rolar. Seguem-se uma série de bolas ligadas a várias actividades desportivas. Voz feminina em off: *Há tantas coisas que podem ser feitas, há tantas alternativas; basta querer.* Uma mão agarra a última bola. Som de uma bola a bater. Na última imagem o logótipo do Projecto Vida, números de telefone, e o som de um telefone a tocar. Voz feminina em off: *Projecto Vida Para uma Vida com Projectos.*

1990: Campanha pluri-comunicacional promovida pelo Projecto VIDA.

4- O filme abre com a imagem de um conjunto de luzes redondas brancas sob fundo azul forte. Por detrás de uma cortina que sobe, um conjunto de bonecos de bowling (som de algo a esvaziar-se) que ganham um rosto humano. Rola com vigor bola de bowling. Sucedem-se rostos humanos dos bonecos, com expressões sombrias, desesperadas, cabisbaixas. Levantam os olhos. Na pista de bowling, a bola aproxima-se do alvo. Rostos de bonecos em close-up. Cada vez mais veloz, a bola rola na pista. Os alvos de novo. A bola quase a atingir o alvo. Os alvos. A bola choca com os alvos. Boneco fica sem cabeça; voz de homem em off: *A droga derruba. A decisão é tua.* Na última imagem um boneco a afastar-se. Voz feminina em off, sob imagem com logótipo: *O Projecto Vida fala contigo pela Linha Aberta e Instituto da Juventude.*

1992: Campanha radiofónica promovida pela Linha Aberta, no âmbito da primeira campanha comunitária de prevenção da toxicod dependência.

5-

(Voz de rapariga)

Ele está sempre a dizer que aquilo é uma curte

Até agora nunca experimentei.

Sei lá...tenho medo!

Ele acha que eu sou uma criancinha.

Se eu não entrar ele arranja outra de certeza.

(música more than words dos Extreme; sobrepõe-se a locução de uma voz masculina)

Não deixes que os outros pensem por ti.

Na Linha Aberta temos tempos para falar contigo

Viver não é o mesmo que estar vivo.

6-

(Voz de rapaz)

Mas o que interessa o que eles dizem.

Eu não sou eles!!

Eles nunca percebem o que eu digo.

Ninguém percebe.

Também já quase não lhes falo.

Quero que se lixem!

(música com o som muito alto: knock on heavens door; sobrepõe-se a locução de uma voz masculina)

Não te feches num mundo que não têm saída.

Na linha Aberta temos tempo para falar contigo.

Viver não é o mesmo que estar vivo.

7-

(Voz de rapariga)

A bé é o máximo.

Toda a gente a conhece.

Está sempre na maior. Pudera! só faz o que quer...

Ninguém a chateia!!!

Porque é que comigo é tudo diferente?

Adorava ser como ela!

(som de motos a andar em círculos...risos, voz de jovem "bora"; sobrepõe-se a locução de uma voz masculina)

Não entres numa onda que não é a tua.

Na Linha Aberta temos tempo para falar contigo

Viver não é o mesmo que estar vivo.